

Políticos acusados na CPI se tornam relatores da reforma

Jefferson Rudy

Menos de dois anos após o término da CPI do Orçamento, a sorte voltou a sorrir para deputados que chegaram a ser investigados como participantes de esquemas irregulares de liberação de recursos oficiais.

O mais recente desses parlamentares — que de réus se transformaram em peças-chave da reforma constitucional — é o deputado Mussa Demes (PFL-PI), virtual relator da reforma tributária na Câmara, ainda sem data para ser enviada ao Congresso.

Antes dele, três ex-convocados pela CPI do Orçamento ocuparam relatorias e comandaram as discussões na Câmara.

Gás — No início do ano, o deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP) relatou a emenda que abria o monopólio do gás canalizado. Depois, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) relatou a emenda que tratava da navegação de cabotagem.

Ao deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) coube a relatoria da emenda que quebrava o monopólio das telecomunicações.

A escolha deles para ocupar funções importantes dentro do Congres-



Mussa Demes: indicado para ser o relator da reforma tributária na Câmara

so, no entanto, vem irritando deputados da oposição.

“Mudou o bolo, mas as moscas continuam as mesmas. O poder se concentra em poucas mãos no Congresso. Será que dos 513 deputados só eles têm capacidade técnica para relatar esses assuntos?”, criticou o

petista Paulo Paim (RS).

Os líderes de PFL e PMDB argumentam, entretanto, que, além de serem competentes tecnicamente, os parlamentares indicados foram inocentados, reeleitos e, por isso, podem exercer suas funções na Câmara sem qualquer restrição.